ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIAIS E ESTRUTURAIS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO VALE DO MUCURI

Sidimara Cristina de Souza[1]

André Augusto Pereira Brandão[2]

Thiago Soares Risso Possas[3]

RESUMO

Desde a Constituição Federal de 1988, os remanescentes de quilombos são legalmente considerados sujeitos de direito. Contudo, ainda são diversos os problemas sociais e estruturais que abrange o cotidiano dessas comunidades. Nesse sentindo, este estudo busca analisar os limites e desafios enfrentados por comunidades quilombolas localizadas no Vale do Mucuri, Minas Gerais, Brasil para acessarem a política de assistência social. Para a efetivação da pesquisa, utilizamos como procedimento metodológico os grupos focais. Esses foram aplicados em oito quilombos dos municípios de Carlos Chagas, Ouro Verde de Minas, Pescador, Teófilo Otoni e Ataléia, onde se localizam os quilombos Marques, Santa Cruz, Água Preta de Baixo, Água Preta de Cima, Córrego Carneiro, Comunidade dos Ferreiras, Salineiro e São Julião. Os desafios e limites das comunidades são diversos, desde a falta de acesso a políticas sociais até a falta de água.

Palavras-chave: Remanescente de Quilombo 1; Assistência Social 2. Política Social 3.

Since the Federal Constitution of 1988, the remnants of quilombos are legally considered subjects of rights. However, there are still several social and structural problems that encompass the daily lives of these communities. In this sense, this study seeks to analyze the limits and challenges faced by quilombola communities located in the Mucuri Valley, Minas Gerais, Brazil to access the social assistance policy. To carry out the research, we used focus groups as a methodological procedure. These were applied in eight quilombos in the municipalities of Carlos Chagas, Ouro Verde de Minas, Pescador, Teófilo Otoni and Ataléia, where the Marques, Santa Cruz, Água Preta de Baixo, Água Preta de Cima, Córrego Carneiro, Ferreiras communities are located , Salineiro and São Julião. The challenges and limits of the communities are diverse, from the lack of access to social policies to the lack of water.

[1]Pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: sidi.mara@hotmail.com.
[2] Professor Associado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: andre_brandao@id.uff.br.
[3] Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: thiagorisso@id.uff.br.

Keywords: Quilombo remnant 1; Social Assistance 2. Social Policy 3.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é descrever os principais problemas das comunidades quilombolas São Julião, Carneiro, Ferreiras, Santa Cruz, Marques, Água Preta de Cima, Salineiro e Água Preta de Baixo para acessarem a política de assistência social a partir da percepção dos usuários. Além disso, queremos demonstrar que os quilombolas estudados são os "*outsiders"* (ELIAS e SCOTSON, 2000) na visão do restante da sociedade, ou seja, na terra dos estabelecidos. É importante ressaltar que temos diversos *outsiders* dentro do território brasileiro. Contudo, nosso foco é direcionado apenas para os remanescentes de quilombos.

Se fizermos uma análise comparativa com o estudo de Norbert Elias e John Scotson (2000), podemos supor que esse grupo, por questões de pertencimento – assim como os indígenas –, deveria ganhar o *status* de estabelecidos, pelo fato de habitarem o local há mais tempo que outros grupos. Contudo, no olhar de grande parte da sociedade, esses sofrem uma estigmatização grupal por compor um núcleo "diferente", por questões étnicas, territorial, cor da pele, entre outros fatores. Trata-se de uma situação contraditória, já que coletivamente excluímos e os instrumentos de reparação são implementados pelos mesmos atores que reproduzem uma lógica excludente e preconceituosa, uma vez que não temos, na maioria das vezes, políticas implementadas pelos representantes da própria população usuária.

Todavia, as políticas públicas ainda são a única via de reconhecimento encontrada para minimizar ou, até mesmo, erradicar uma marginalização histórica, mesmo que muitas dessas tenham sido e ainda sejam desenhadas a partir do olhar dos estabelecidos. Para Goffman (1988), nesse contexto, temos duas perspectivas que derivam de situações sociais ocasionadas pelo contato misto: a situação dos tidos como normais e a dos estigmatizados. Para os primeiros, os quilombolas são apenas "rebeldes" reivindicando direitos, mas a realidade diagnosticada é de sujeitos de direitos sem reconhecimento como tal e, por isso, resistindo para poder sobreviver.

Nesse sentindo, para alcançarmos os objetivos traçados realizamos uma pesquisa exploratória qualitativa por meio de grupos focais. No total foi realizado oito grupos focais, um em cada comunidade quilombola certificada. Cada grupo contou com a participação de 10 a 20 pessoas, contabilizando o envolvimento de 6 a 15 famílias. Concomitantemente à coleta, fizemos a organização e a análise dos dados coletados, tendo como base um arcabouço teórico-metodológico específico (a produção científica acerca da temática que envolve a questão quilombola e a metodologia voltada para implementação de políticas sociais).

2 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO MUCURI

De acordo com os moradores de São Julião, Santa Cruz e Água Preta de Cima, os problemas que mais afligem a comunidade são: falta de assistência médica, ausência de agente de saúde e de um Posto da Saúde da Família (PSF). O quilombola de Água Preta de Cima elucida:

> [...]. Nós não temos uma pessoa para marcar consulta, não temos uma pessoa para marcar dentista. Quando chega a marcar dentista ela chega três, quatro meses para uma única pessoa da casa. Você vai lá nem sempre tem material ou as vezes você vai consultar e nem sempre você consegue uma ficha. Você tem que contar com a sorte.

Em Carneiro, o membro da comunidade explana: “Médico para conhecermos, nós vamos pelo SUS, nós vamos lá, entendeu? Mas se a coisa for mais grave nós temos que seguir para frente. Se puder né? Se não puder, Deus dá o conforto para morrer ou para sarar, porque não tem como”.

Além da saúde, essas comunidades sofrem com a ausência de ações que possibilitem geração de emprego e renda, principalmente para os jovens e taxas elevadas das contas de energia causando um transtorno para a população. Esses problemas também são identificados pelos quilombolas em Água Preta de Baixo, Carneiro e Salineiro, que mesmo contando com a presença de um agente de saúde, relatam a falta de assistência médica e odontológica. Além disso, sofrem também com a ausência de apoio do governo no sentido de mais recursos destinados para as associações quilombolas, sem necessidade de serem tutelados pelas prefeituras.

Outra questão é o transporte público, que é escasso nas comunidades, assim como em Água Preta de Cima, principalmente o transporte escolar. O morador de Salineiro afirma que:

> [...] teve uma época que estava o prefeito lá José Geraldo. Ele colocou um ônibus escolar que colocava nós para pegar passageiros aqui, aí o povo levava, a gente pagava, mas era uma taxinha mínima só para pagar o motorista. Era muito bom! O novo prefeito cortou e ficou ruim para a gente, não tem pessoas, os que vão, os que não tem como ir e quer pagar, se não me engano parece que é R$ 14,50 ou R$ 14 para ir e R$ 14 para voltar em Ataléia. Leva pouquinha coisa e ainda tem que pagar sua passagem que dá R$ 30 e, não sobra nada. É ruim para a comunidade e ruim para a cidade também.

Outro participante complementa:

> Diante de tudo isso o que eu vejo como maior problema aqui é o transporte escolar. Tem vezes que eu vejo as crianças ficarem até 15 dias sem aula. Tem aula em Ataléia, mas não vai porque não tem condições. E tem o ônibus e tem vezes que o ônibus não vem buscar as crianças, se tem um ônibus lá, se o ônibus está ruim, manda uma van, um outro carro, uma picape, mas não deixa as crianças perderem aula. Isso é um absurdo, mas uma sozinha não resolve nada.

O quilombola de Água Preta de Baixo conclui: “Os meninos, os alunos, são muito prejudicados na escola, né, porque o carro não busca. Se chover a estrada é ruim. Não dá para o carro vim buscar os alunos. Aí, eles ficam prejudicados”. Por isso o morador reitera que:

> [...]. Os alunos têm muita falta. Passam com a nota muito baixa, porque eles têm que fazer o que em final de bimestre, estão fazendo trabalho e trabalho. Então prova de final de ano. Só ganham 50% dos pontos. Então, se o aluno tinha uma capacidade de passar com uma nota boa de 80, 70%, ele vai passar só com 50%, porque ele não teve a oportunidade de estudar.

Em Água Preta de Cima, um dos membros da comunidade explica: “Qualquer chuva que dá acaba com a estrada. As crianças não conseguem estudar porque o carro não vem busca”. No quilombo dos Ferreiras, a situação do transporte escolar também é elencada pelos moradores. Uma participante do grupo focal expõe:

> A minha filha, para você ter ideia, eu moro três quilômetros da estrada. Da minha casa, eu tenho que pegar os meus filhos e trazer até a estrada para pegar um ônibus. Eu tive que levar para a justiça e até hoje não teve resultado. Eu vou embora da Fazenda porque não tem como trazer meus filhos para estudar. Então eu vou ter que sair, vou embora, vou para onde meus filhos possam estudar, porque eu quero o melhor para eles.

Mesmo as comunidades que contam com a estrutura física de uma escola encontram desafios para que as crianças tenham um ensino de qualidade.

> [...] a educação é um problema da comunidade. A comunidade não tem a educação que ela precisa. Um exemplo: os professores não dialogam com a comunidade quilombola. O professor vem da zona urbana para a zona rural. Nós queremos aqui um professor da zona rural para dialogar com a educação da zona rural. Aquela educação da comunidade quilombola, uma educação que o professor dialoga com o aluno da nossa comunidade. Nós precisamos disso.

A falta de representatividade e de uma educação contextualizada é uma questão presente nas escolas rurais como um todo e vem se agravando com o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, que teve excluído do texto inicial a discussão acerca da promoção das equidades de raça/cor, de gênero, regional e de orientação sexual. Esse fato afetou também os planos estaduais e municipais. De encontro a tal conservadorismo, intensifica-se a proposta “escola sem partido” e a elaboração de diversos projetos de lei municipais, estaduais e federal contra a “doutrinação ideológica” e “ideologia se gênero”, uma falácia para alienar e inibir seres pensantes e contra a tomada de consciência de classe. Todo esse movimento tende a ter grandes reflexos nas escolas, acirrando ainda mais esse distanciamento entre o contexto local e as instituições de ensino caso essa ideia se torne de uma realidade concreta, como vem acontecendo na capital, Belo Horizonte.

De problemas de infraestrutura a questões financeira, estradas precárias, escolas comunitárias sem condição alguma de receberem alunos. Falta de água, de emprego e renda, de acesso às políticas públicas existentes. Esses elementos fazem parte das condições de vida das comunidades quilombolas no Brasil. Contudo, o maior “problema da comunidade é quando os meninos estão pedindo as coisas para comer e não tem. Entendeu?” (MORADOR DE CARNEIRO, 2019).

A vulnerabilidade social em que as famílias quilombolas se encontram é grande, assim como a luta por melhoria de vida é latente.

> Porque aqui a maioria, se não é aposentado, a renda assim que ajuda muito é o Bolsa Família. E as pessoas cultivam roça, né, mas as veze não dá para sobreviver e aqui tem a questão que o pessoal todo ano tem que sair para o Espírito Santo para pegar café para estar complementando a renda. (MORADOR DE ÁGUA PRETA DE BAIXO, 2019).

Conforme já pontuamos, a pobreza é um status social que marca e estigmatiza a identidade daqueles que se encontram nessa situação, principalmente se forem assistidos pelo governo e beneficiários de qualquer política de erradicação da miséria, como o Programa Bolsa Família ou qualquer outro serviço da Política de Assistência Social, como enfatizam Paugam (2003) e Oliveira (2018). Esse estigma se agrava quando se trata de pretos e de pessoas que moram na zona rural. Ambos fonte de estigmas e de dificuldades de acesso aos direitos. Vale enfatizar que a discriminação e o preconceito em relação à população simples do campo expressa a herança do processo de modernização conservadora, que aprofundou a dicotomia campo e cidade. Sendo o primeiro considerado como arcaico, atrasado e o segundo como moderno, desenvolvido.

Criam-se critérios de seleção e condicionalidades para que os pobres possam ter acesso ao mínimo de recursos, menor que o próprio salário-mínimo. Mesmo esses pobres sendo sujeitos de direitos, ainda são tratados como indigentes e não como cidadãos.

Por isso, um dos participantes do grupo focal expõe:

> Nós sabemos que temos que lutar para tirar os jovens das drogas, que se não as meninas, evitar algumas coisas e trabalhar o preconceito... os preconceitos, porque nas nossas comunidades têm muitos preconceitos. A Secretaria de Ação Social e a Secretaria de Esporte foram criadas para pobres, mas acontece que a Secretaria de esporte hoje do nosso município, muitas vezes, está atendendo só pessoas que chegam com o carrão. Não é porque não quer dizer que eles não precisam não, porque eu acho que a prioridade foi criada para atender a classe pobre.

Classe essa que, mesmo sendo o principal público das políticas sociais, ainda não consegue acessar seus direitos e, quando os acessa, é de forma precarizada e limitada. Outro grande problema social que afeta todas as comunidades quilombolas é a falta de terra. O morador de São Julião relata:

> Eu acho o seguinte, que, no meu entender, nós, aqui da comunidade, para poder conseguir desenvolver um trabalho através da secretaria de ação social, essa questão toda, o segredo está na terra. A partir do momento que... porque para nós conseguirmos a titulação do território e trazer este povo, que não tem o lugar adequado para produzir, botar nas mãos deles, é preciso que a secretaria de ação social entre em ação também, a favor desta comunidade. Se não fizer isso... hoje nós temos uma pendência muito grande que é esta questão do território. Nós temos pessoas que hoje moram nos lugares, que não têm como produzirem lá, não tem como fazer uma fonte de renda lá. Então, a questão toda está na terra [...].

> [...]. Por exemplo, eu me preocupo muito com a questão do pessoal dos vales, que moram num local que não têm como correr uma máquina para fazer uma área de terra melhor para trabalhar, porque é tudo alto. Não tem como. As áreas de terras boas estão nas mãos de outros e eles estão lá em cima, outra preocupação que eu me preocupo muito mais. Porque eles moram lá em cima e são obrigados a desenvolver um trabalho naqueles territórios que eles moram.

A ausência de reforma fundiária é uma realidade gritante no Brasil e que atinge significativamente as comunidades quilombolas, que são esmagadas pelos grandes latifundiários. A lentidão da política de demarcação de terras fica evidenciada. Uma das lideranças de Marques afirma:

> Nós lutamos pela conquista da terra. Nós estamos neste território aqui que é um território quilombola, que não foi demarcado, que não foi reconhecido também. E tem a área quilombola que já está demarcada e só falta passar para nós e nós não tivemos acesso a este território ainda. Já tem muitos anos que nós estamos nessa luta aqui e é uma tristeza, muitas vezes, ouvir sobre a assistência social, ouvir da política, falar da política, mas na verdade não acontece. Nas comunidades é um sofrimento. A gente vai para Belo Horizonte, para Brasília, volta, leva a demanda, mas a gente não consegue acessar, que é o principal, que é a terra que nós precisamos, e os recursos também. Porque abre as leis, abre os editais e a gente não consegue acessar programa de energia, programa da minha casa minha vida, os outros programas a gente não consegue acessar porque tem essas leis.

Marques deu entrada ao processo de regularização fundiária, requerendo, no ano 2006, a posse de uma área que abrange 2.507.647 hectares. Em 2009, foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) referente à comunidade, mas somente no dia 25 de outubro de 2013 foi publicada a Portaria de Reconhecimento do Território. Dois meses após a publicação da referida portaria, foi divulgado o Decreto de Desapropriação por Interesse Social. Entretanto, até o final da pesquisa (2020), os Marques ainda não tinham conseguido a titulação. A luta pela posse definitiva da terra já perdura por mais de dez anos.

> [...]. A comunidade quilombola não vive sem terra, não é só a nossa, mas qualquer outra comunidade quilombola no Brasil tem uma grande dificuldade ao acesso ao território que foi dado a ela. As comunidades quilombolas foram reduzidas a um território muito pequeno. E segundo a Constituição, ao Decreto 4.887, que determina a regularização das terras das comunidades quilombolas hoje, você não ver nem uma comunidade que foi passada o território dela para ela. Os territórios que as comunidades têm hoje não dão para sobrevivência de toda a família. Então a gente está nesse processo também, com uma dificuldade muito grande de ter acesso à terra, o acesso à documentação da terra da própria comunidade que a

> gente foi atingida pela empresa Queiroz Galvão. Até hoje a gente não tem a documentação definitiva dessas terras por uso campeão por ter muita burocracia e você sabe como é o sistema que quer sempre nos oprimir. [...]. Ainda que tem os direitos, mas na hora que você vai ao encontro desses direitos para você tomar posse deles, você é barrado por uma série de coisas que nos impede de acessar esses diretos (MORADOR DE MARQUES, 2020).

Percebe-se que, diferente do que ocorreu nas décadas anteriores (1980 e 1990), as comunidades em questão têm consciência dos seus direitos adquiridos com a Constituição Federal de 1988, porém, ainda encontram dificuldades para acessar e ter seus direitos reconhecidos. A política de fundiária é apenas uma das inúmeras não acessadas por essa população, como ocorre na Comunidade dos Ferreiras com a política de Habitação e em São Julião com a Política de Segurança Alimentar.

De acordo com Murta (2010), mais de 82% dos habitantes de São Julião se encontram em algum estado de insegurança alimentar, sendo que 58,6% dos moradores estavam em situação de insegurança alimentar leve, 22,4% em insegurança alimentar média e 1,7% em insegurança alimentar grave. Ao todo, apenas 17,2% se enquadravam dentro dos critérios de segurança alimentar.

Esse cenário, segundo os participantes do grupo focal realizado, ainda persiste. Isso desmente a fala do Presidente da República de que cada “quilombola pesa no mínimo sete arrobas”. Além disso, mesmo se esses tivessem esse peso, isso não significaria presença de saúde e ausência de carência, ao contrário, seriam necessárias políticas de combate à obesidade, um problema de saúde pública que a cada dia cresce mais no nosso país.

As propostas governamentais vêm criando mecanismos de padronização que não condizem com a realidade, conforme podemos perceber na fala de outro morador de São Julião:

> [...] pelo que estamos vendo, estão tendo umas colocações do governo federal, que vai fazer com que os nossos jovens vão para a cidade. Dando o exemplo: quem tem pequenas terras também está tendo dificuldade, porque tem aqui pessoas do grupo desse pessoal aqui que tem uma parte de terra, não dá nem um hectare. No programa do agora governo teve uma mudança para colocar luz para as pessoas e está querendo que faça uma escritura. Como que a gente vai fazer uma escritura se para fazer tem que ser de hectare acima? Como que vai fazer o hectare de terra com cinco filhos, com Tadeu ali, como estão os Paraguai ali [...]. As pessoas que estão passando por esses problemas estão ali, estão escutando o que eu estou falando,

> sabem quais são os seus problemas. Quando chega lá para fazer o cadastro, que é para colocar luz para este povo, não consegue, porque o sistema que está lá não documenta menos de um hectare. Eles ficam passando dificuldades, sem ter condições de entrar nos programas do governo. Quer fazer um projeto, por exemplo, pelo Banco do Nordeste e não consegue receber uma Declaração de Aptidão ao PRONAF para participar dos programas sociais, porque têm essa dificuldade.

Como enfatiza Goffman (1988), o problema maior dos estigmatizados é que eles são tratados como parte de um todo, que, até certo ponto, é diferente e precisa ser reconhecido pela sociedade dentro de uma totalidade. Essa incompreensão conduz a propostas (governamentais ou não) que não conseguem atender às demandas dos grupos excluídos.

> Por exemplo, Zezinho de compadre Loro estava lá em Belo Horizonte, de compadre Loro, ele opinou para vir morar perto do pai dele. Só que a fonte de renda de Zezinho vai ser só essa do Bolsa Família, porque não tem. A não ser que ele trabalhe na empreitada para fazendeiro, mas se não for isso, não tem como, ele não tem uma fonte, porque é a terra. O lugar adequado. E este lugar adequado está nas mãos de outros e que nós reivindicamos que é o nosso território, que nós temos o direito de reivindicar, para colocar essas pessoas que não têm (MORADOR DE SÃO JULIÃO, 2019).

A falta de água é um problema que atinge todos as comunidades quilombolas, em especial, o quilombo dos Ferreiras. Para os moradores dessa comunidade, o grande desafio é conseguir água. Essa situação fez com que muitas famílias migrassem para a cidade de Pescador, restando apenas seis famílias no local, das 16 que faziam parte do núcleo. Os participantes do grupo focal afirmam:

- ✓ "É por causa da água que a maioria do povo foi embora, por causa da água, porque se não tiver água não tem como morar aqui no lugar sem água";
- ✓ "Isso aqui vai acabar se não dá um jeito de colocar uma água aqui, isso aqui vai acabar. Porque nós não temos assistência de prefeito aqui não, não tem".

Na comunidade de São Julião, a demanda também é presente. Um dos moradores relata:

> A comunidade quilombola sobrevive de terra e de água né, igual falaram aí [...]. O ano retrasado o prefeito tinha decretado que município estava em estado de emergência por causa da seca que deu e tudo mais. E nesse processo todo nós viemos aqui para cima e a Queiroz Galvão[4] fez um poço

[4] Segundo as pesquisas realizadas por Souza (2021), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou em 2002 o projeto de construção da central, uma proposta de empreendimento da Queiroz Galvão Energia, com capacidade de produzir 22,5 megawatts de energia elétrica, que

> artesiano no local aonde a água era totalmente ferrosa, queimou a bomba, queimou o painel do poço artesianos, nós tivemos que fazer um corre-corre terrível para poder acesso a água que um fazendeiro doou para a gente com uma mina que é longe para "caramba", fica a uns mil e quinhentos metros daqui que você entendeu né aquela coisa toda, né?! E hoje nós temos água aqui; o fazendeiro está deixando a gente usar dessa água dessa mina dele. Então são essas dificuldades aí.

Apesar de água ser um bem público, no quilombo dos Ferreiras a realidade vivenciada é outra. A comunidade teve sua água desviada por um fazendeiro local, que empossou o córrego para alimentar seu gado. Como consequência, os quilombolas ficaram sem água até para suprir suas necessidades básicas, como comer. No dia da realização do grupo focal, os porcos uivavam e os moradores alegavam que isso se devia à sede. Até o dia da pesquisa, a comunidade sobrevivia pela "solidariedade" do proprietário da fazenda em doar latas de água para eles. Um morador descreve: "Tem dias que nós ficamos sem almoçar aqui por causa da água, minha filha. Eu, doente, quebrei o braço aqui, mas sofria, tinha que buscar água para mim [...]. Eu, com fome e como que ia comer sem água. E até hoje não tem".

A situação é ainda mais alarmante quando questionamos se a Prefeitura sabia da situação e se a assistente social que visitava a comunidade tinha ciência desse problema. Os moradores relatam que todos sabiam da situação, porém, por questões políticas, o prefeito informou que não irá abrir um poço artesiano no local, uma vez que não teve o voto deles. Um outro participante destaca: "Isso tudo é porque nós não votamos no prefeito e ela (assistente social) é assim com o prefeito. Eles só querem vingar de nós, mas não tem problema, não. Vai candidatar o deputado dele e nós vamos tirar voto a mesma coisa".

A dificuldade de acesso aos programas, serviços e benefícios sociais ofertados pelo governo é outra questão presente em sete das oito comunidades quilombolas. Em Marques, o morador desabafa: "A intenção é de acessar as políticas, porque nós sabemos que elas existem, mas que existe uma dificuldade

---

atingiria diretamente as famílias do Boqueirão, também conhecida como Marques I. Em 2008, a Pequena Central Hidrelétrica Mucuri-PCH, da empresa Queiroz Galvão, conseguiu a Licença de Instalação. No final de 2009, inicia-se um diálogo entre a empresa, o MPF e os representantes da comunidade de Marques, com o intuito de sugerir um Termo de Compromisso de Conduta (TCC), que concedia a liberação da construção da hidrelétrica. Em contrapartida, asseguravam-se algumas concessões que poderiam auxiliar na preservação da comunidade, entre elas uma que previa a alocação das famílias em outro território.

muito grande acessá-las, então, a gente espera que desburocratize isso aí para que facilite o acesso a essas políticas para as comunidades". Outro morador complementa: "As comunidades têm carências, mas é difícil acessar as políticas".

Esses dados apontam para a necessidade de que políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas sejam contextualizadas e respeitem a identidade manifestada pelo grupo, além de reafirmar a vulnerabilidade social em que vivem os membros dos quilombos do Vale do Mucuri. Essa realidade nos mostra que a rebeldia dos quilombos é a resistência necessária para a sobrevivência na luta de reconhecimento como sujeitos de direitos, mesmo 32 anos após o artigo nº 68 do ADCT.

Os desafios para o acesso às políticas sociais são inúmeros e, cada dia mais, representam o descaso dos nossos governantes em relação aos grupos minoritários, assim como o despreparo dos elaboradores dessas políticas em considerar as diversidades sociais, regionais e identitárias que compõem a população brasileira. Cria-se uma barreira ideológica entre a realidade dos grupos minoritários e a proposta idealizada nas políticas sociais. Estas se tornam desejos utópicos mesmo entre seu público-alvo, se transformando em um sonho inacessível, principalmente para as comunidades quilombolas.

3 CONCLUSÃO

Em síntese, podemos afirmar que as comunidades quilombolas têm vários desafios no que tange ao acesso às políticas sociais, em especial à Política de Assistência Social. Esta, na maioria das comunidades, se resume meramente ao Programa Bolsa Família, uma vez que é o principal programa acessado pela maioria das famílias, apesar dos empecilhos para o cumprimento das condicionalidades e até mesmo para cadastramento e atualização no CadÚnico. Ademais, podemos dizer que o acesso dos remanescentes de quilombos à Política de Assistência Social é precário e permeado por expressivos obstáculos, isso quando há de fato algum acesso aos benefícios.

Um dos principais problemas é a falta de aproximação entre os agentes implementadores da Política de Assistência Social e as comunidades quilombolas da

região. Por serem comunidades rurais, a presença dos órgãos de atuação da política é inexistente. Por isso, muitas vezes, as ações/medidas implementadoras da política são vistas apenas como uma utopia pelos usuários, como é o caso da viabilidade da existência de um CRAS e/ou CREAS nas comunidades.

Refletindo sobre essas questões, deparamo-nos com o segundo desafio: a falta de conhecimento sobre a população beneficiária. Agentes elaboradores, gestores e implementadores da Política de Assistência Social padronizaram os usuários da assistência social no intuito de garantir a igualdade. Essa padronização focaliza em torno unicamente da pobreza extrema e desconsideraram as diferenças territoriais, identitárias e étnicas que fazem parte da formação sócio-histórica do Brasil. O desconhecimento sobre os diversos usuários faz com que nossas ações sejam excludentes, uma vez que desconsideram as identidades construídas pelos grupos minoritários, como os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros.

Tudo isso se soma às precarizações que assolam o trabalho do assistente social. A categoria sofre com os baixos salários, contratos temporários, precarização dos espaços de atuação, ausência dos concursos públicos, redução de postos de trabalho e exigência de novos conhecimentos técnicos-operativos. Além disso, há ainda o lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo, a instabilidade até mesmo no setor público, com as inúmeras contrarreformas, além das inconclusões das atividades profissionais com a redução dos gastos (PEC do Teto de Gastos Públicos) e rotatividade dos servidores. Essas situações requerem do assistente social o desenvolvimento de capacidades de decifrar a realidade por meio de uma rigorosa formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que perpassa as questões de classe, de gênero, de raça/cor e sexualidade, considerando as identidades dos usuários de forma global, sem contribuir para as desigualdades e hierarquias que, no cotidiano profissional, são reproduzidas (DELGADO e TAVARES, 2012).

> [...] acredita-se que grande parte das descrenças atribuídas às intenções e aos resultados das ações profissionais reside na incoerência presente entre aquilo que se diz ou o que se pretende fazer e aquilo que realmente se faz ou em como se faz, uma vez que a opção por determinados procedimentos (abordagens, instrumentos, técnicas e outros recursos) é determinada pelo

> contexto e pelo conteúdo a ser mediado para se alcançar a finalidade prospectada. O como fazer das ações está diretamente relacionado à escolha do paradigma, implicando o reconhecimento, em dado período histórico, da sua validade argumentativa e a sua capacidade de responder concretamente às questões colocadas pela realidade. É através da clareza na compreensão e na proposição do como se constrói uma intervenção profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente, via que permite demonstrar a coerência pela qual é possível resgatar valores e realizar mudanças (MIOTO e LIMA, 2009, p. 44).

A assistência social é apenas uma das demandas das comunidades quilombolas e ela sozinha não é suficiente para a viabilização e garantia de direitos sociais. A política em questão precisa ser implementada de forma transversal. É preciso considerar, no processo de sua efetivação, as demandas atreladas a saúde, lazer, habitação, saneamento básico, geração de emprego e renda, educação e, principalmente, terra.

Entendemos assim que o problema está na efetividade da PAS e outras políticas, programas e serviços, o que significa dizer que o problema está na efetividade da proteção social. Este problema se agrava ainda mais quando olhamos para frações da classe trabalhadora ainda mais (in)visibilizadas. Nesta realidade de ausência do Estado a (in)visibilidade das comunidades quilombolas significa a violação por parte do Estado que contraditoriamente teria o dever prestacional previsto na Constituição.

O que fazer para mudarmos tal direcionamento? Precisamos fazer da pesquisa prática constante do cotidiano profissional para:

> Conhecer os sujeitos, explicitar a complexidade e o conjunto de dificuldades que permeiam as demandas encaminhadas ao Assistente Social, e refletir conjuntamente sobre o objeto da ação profissional, é fundamental para garantir um processo na direção da autonomia e da participação (MIOTO e LIMA, 2009, p. 41).

Precisamos dialogar com pesquisadores da Antropologia, Ciências Sociais, História. Necessitamos romper com a ideia de padronização a qualquer custo no processo de elaboração, implementação e gestão das políticas sociais. É fato que uma caracterização inicial precisa ser considerada, mas não pode ser determinante. Pois, só alcançaremos a universalidade quando conseguirmos estabelecer uma “democrequidade”.

É fundamental considerar os arranjos multilaterais que se ramificam e fazem parte da complexidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. A Política de Assistência Social é para todos que necessitam dela. Por isso ela tem como obrigação preservar e respeitar as diversidades sociais e as identidades construídas a partir dos contextos políticos e históricos de cada grupo.

Por fim, podemos afirmar que a institucionalização do SUAS é um grande avanço na regulamentação da PNAS e em sua legitimação como política pública de proteção social. O SUAS traz nas suas bases normativas tentativas de retirar a assistência social da esfera da filantropia, do clientelismo, reafirmando essa política como um dever do Estado, que faz parte do tripé da Seguridade Social na esfera não contributiva.

> Embora, sob o ponto de vista institucional, essa prática tenha galgado uma posição de legalidade que lhe atribui a condição de direito, na realidade isso não é observado. Em diversas pesquisas realizadas pelo GEPAS, nos municípios de Recife e Caruaru, verificamos divergências e precariedades nas condições de execução dos serviços em geral, nas instalações dos equipamentos de atendimento à população nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), nas condições precárias de trabalho de técnicos e trabalhadores dessas instituições, o que determina e impacta o desenvolvimento das atividades e programações que se tornam inconsistentes e sem nenhum tipo de interferência na realidade dos usuários desses serviços (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Essa realidade também é identificada nas comunidades quilombolas do Vale do Mucuri. Consideramos que a operacionalização da Política de Assistência Social nas comunidades remanescentes de quilombo ainda requer atenção, estudo e efetividade. Para isso, é indispensável a capacitação dos agentes implementadores e gestores da política, principalmente em territórios com comunidades certificadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n° 13.005/2014 -** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acessado em 03 de agosto de 2021.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia Santana. (Trans)versalidades de Gênero e Geração nas Políticas Sociais. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25,

n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/ index.php/neguem/article/view/17694>. Acesso em 03 agosto 2021.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988. p. 149.

MIOTO, R. C. T.; DE LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**: Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009. Disponível em: <revistas eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/.../4126>. Acesso em 18 nov 2019.

MURTA, Nadja Maria. Situação de Segurança Alimentar, das Comunidades Quilombolas - Cama Alta, Córrego Novo e São Julião, localizadas no município de Teófilo Otoni – Vale do Mucuri/MG. In: SILVIA. Eva Aparecida et al] (orgs). **Comunidades Remanescentes de Quilombo do Vale do Mucuri**: Conhecer para Transformar. Apresentação de relatório técnico. Fapemig: 2010.

OLIVEIRA, R. R. **Percepções morais entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família em um Município de pequeno porte**. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. André Augusto Pereira Brandão, orientador. Niterói: UFF, 2018.

OLIVEIRA**,** Edistia Maria Abath Pereira de. Impasses da política de Assistência Social: contradições, perspectivas e desafios. **R. Katál**., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 95-101, jan./jun. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802014000100010. Acessado em: 03 de agosto de 2021.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza** (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trads.). São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

SOUZA, Sidimara Cristina de Souza. **A Política de Assistência Social Junto às Comunidades Remanescentes de Quilombo do Vale do Mucuri – MG.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Orientador: André Augusto Pereira Brandão. Niterói: UFF, 2021.